

Discurso de Sua Excia. Presidente da República
Cerimónia solene de abertura do ano académico 2024/2025
Cabinda, 04 de Outubro de 2024

Excia Sra. Governadora da província de Cabinda - Suzana de Abreu

Excelentíssimos Deputados à Assembleia Nacional

Excelentíssima Embaixadora da União Europeia Maria do Rosário

Secretária de Estado da Juventude

Secretário de Estado do Ensino Superior-Eugénio Silva

Excelentíssimos Vices governadores Provinciais

Magníficos Reitores das Universidades

Directores nacionais do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

Outros Directores dos distintos departamentos ministeriais

Directores provinciais

Entidades, eclesiásticas, tradicionais...

Todo o protocolo observado

I. Momento de generalidades

É com satisfação e elevada honra que em representação de Sua Excia Presidente da República de Angola João Manuel Gonçalves Lourenço me dirijo a todos neste importante momento que marca o início do ano académico 2024/2025. Um novo ano académico é sempre um marco fundamental na trajectória do ensino superior, e representa um período de renovação, mas também de reflexão sobre os desafios e as oportunidades que se colocam à frente deste subsistema no nosso país.

O ano académico que agora inicia será, certamente, um ano de grandes desafios, tendo em conta os problemas a que teremos de dar solução, no plano das infraestruturas, da harmonização curricular, da qualificação do corpo docente, da diversificação da oferta formativa, do apoio social aos estudantes, do incremento da investigação científica e da extensão universitária, de modo a elevar a eficácia e a eficiência do ensino superior, tornando-o o principal vector de força motriz do desenvolvimento e sua sustentabilidade.

II. Ressaltando a relevância do ensino superior para o desenvolvimento de Angola, enfatizando seu papel na formação de profissionais qualificados, na geração de conhecimento e na inovação.

Temos vindo a assistir a profundas transformações no ensino superior do nosso país, marcadas pela necessidade de dar resposta aos desafios que acabam por se constituir em promissoras oportunidades de desenvolvimento. É incontestável que a educação superior em Angola tem evoluído ao longo dos últimos anos, sendo visível o aumento do número de instituições, de cursos e de estudantes. Vigora, actualmente, um novo regime de funcionamento do subsistema do ensino superior e constatamos uma crescente diversificação da oferta formativa de graduação e pós-graduação e uma melhoria significativa do perfil do corpo docente, com o aumento do número de docentes com mestrado e doutoramento. Contudo, reconhecemos que há ainda um longo caminho a percorrer para alcançar altos padrões de qualidade e melhorar as taxas de inclusão e equidade no acesso ao ensino superior. Vivemos um tempo de transformação, onde o conhecimento e a valorização do capital humano constituem um dos principais pilares

senão o principal para o desenvolvimento sustentável e a alavanca de um futuro promissor para o nosso país. É nas nossas universidades e institutos superiores que formamos os profissionais que irão responder aos vários desafios do país quer na dimensão económica, social, cultural e política. É aqui que cultivamos o pensamento crítico, a criatividade, a inovação, a capacidade de resolução de problemas, a comunicação eficaz e as habilidades digitais, tão essenciais para enfrentarmos os desafios do século XXI. Vivemos actualmente numa sociedade onde o conhecimento assume o papel central como motor de desenvolvimento e transformação social. Daí a designação de Sociedade do Conhecimento e para muitos a sociedade 4.0. É importante compreender que o mundo está a mudar rapidamente devido aos avanços tecnológicos, às mudanças climáticas e à globalização.

Excelências, caros Professores, caros estudantes

As implicações da era do conhecimento para o ensino superior são profundas e passo a enumerar algumas:

- 1. Foco na formação integral:** As instituições de ensino superior precisam formar profissionais não apenas com conhecimentos técnicos, mas também com habilidades sociais, emocionais e de pensamento crítico.

2. Aprendizagem activa: A metodologia tradicional, baseada na transmissão de conhecimento pelo professor, precisa ser substituída por abordagens mais activas, que estimulem a participação e a construção do conhecimento pelos estudantes, tal como defendem Edgar Morin, ao enfatizar a importância da interdisciplinaridade e do pensamento crítico na sua teoria da complexidade e Paulo Freire, ao propor uma educação problematizadora e libertadora, na sua Pedagogia do Oprimido.

3. Interdisciplinaridade: A fragmentação do conhecimento em disciplinas isoladas é cada vez menos relevante. A interdisciplinaridade, princípio de organização curricular bem patente nos ensinamentos de Edgar Morin e Paulo Freire, é fundamental para abordar os desafios complexos da sociedade contemporânea.

4. Inovação e empreendedorismo: As instituições de ensino superior precisam fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo, incentivando os estudantes a criar soluções para os problemas da sociedade.

Portanto, é essencial que a formação dos jovens leve em consideração esses desafios, preparando-os para lidar com questões críticas, como a sustentabilidade, a inovação

tecnológica, a diversidade cultural, entre outras. Precisamos, por isso, preparar as nossas Instituições de Ensino Superior para corresponderem a estes desafios.

Excelências, caros Professores, Senhoras e Senhores

Uma forma de aferir o estado das Instituições de Ensino Superior é a avaliação.

III.A Avaliação Externa como Motor de Transformação: importância e impacto.

Celebramos, por isso, um marco histórico que foi alcançado, no ano transacto, com o início do processo de avaliação externa dos cursos ministrados nas nossas instituições de ensino superior. Pela primeira vez, estamos a submeter os nossos programas a um escrutínio rigoroso e independente, com o objectivo de aferir a qualidade da formação que oferecemos aos nossos estudantes. Este processo representa um compromisso com a qualidade e a excelência, e permitir-nos-à identificar as nossas fortalezas e áreas para melhoria.

Iniciamos este processo com os cursos de saúde e, agora, avançamos para as ciências da educação e engenharias. É um caminho longo e desafiador, mas estamos convictos de que os benefícios a longo prazo serão incomensuráveis.

A avaliação constitui um passo importante para a institucionalização da cultura da qualidade da qual fazem parte as acções que têm vindo a decorrer nas Instituições de Ensino Superior (IES), de há uns anos a esta parte, que incluíram a criação dos gabinetes de gestão e garantia da qualidade, a capacitação de gestores e a formação de avaliadores, a efectivação das actividades de auto-avaliação e a elaboração dos respectivos relatórios enviados ao Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES) com base nos quais se viabiliza a avaliação externa.

Este processo encontra respaldo num conjunto de diplomas legais onde se destacam o Regime Jurídico da Avaliação e Garantia de Qualidade no Ensino Superior, aprovado pelo Decreto Presidencial no 203/18, de 07 de Dezembro, os Regulamentos da Avaliação Interna e da Avaliação Externa e os dispositivos de avaliação tais como o Guião de Auto-Avaliação de Instituições de Ensino Superior, Cursos e/ou Programas, o Manual de Avaliação Externa de Instituições de Ensino Superior, o Manual de Avaliação Externa de Cursos e/ou Programas e o Manual de Procedimentos de Acreditação de Instituições de Ensino Superior. Como não podia deixar de ser, este processo deve incidir, igualmente,

sobre o desempenho dos docentes e investigadores científicos, à luz da legislação vigente.

Temos plena consciência de que, por se tratar de um processo novo, todos nós – Ministério, INAAREES, avaliadores e instituições – estamos em fase de aprendizagem. É natural que surjam dúvidas, divergências e desafios. No entanto, é fundamental que trabalhemos em conjunto para superar estas dificuldades e construir um sistema de avaliação sólido e eficiente, pois somente desta forma seremos reconhecidos internacionalmente.

A análise dos primeiros resultados da avaliação dos cursos de saúde revela avanços significativos, mas também áreas para melhoria. É preciso que as nossas instituições se preparem adequadamente para este processo, aprofundando o conhecimento dos manuais de avaliação e investindo na formação dos seus docentes e do pessoal técnico administrativo.

O manual de avaliação é um instrumento fundamental para garantir a transparência e a equidade do processo. É preciso que seja um documento vivo, sujeito a revisões periódicas, de modo a acompanhar as evoluções do ensino superior e as melhores práticas internacionais.

A formação dos avaliadores é outro aspecto crucial. É necessário que os avaliadores estejam devidamente preparados para aplicar os critérios de avaliação de forma consistente e objectiva, evitando divergências na interpretação dos indicadores e respectivas evidências.

Estamos convictos que a avaliação externa deve ser um processo colaborativo, em que as instituições e os avaliadores trabalham em conjunto para identificar as áreas de melhoria e definir as acções necessárias. É fundamental que o diálogo seja aberto e construtivo, de modo a evitar conflitos e a garantir a qualidade do processo.

A longo prazo, pretendemos evoluir para um modelo de avaliação mais qualitativo, que valorize a diversidade das instituições e a especificidade de cada curso. Acreditamos que este tipo de avaliação permitirá uma melhor compreensão das fortalezas e fraquezas de cada programa e contribuirá para o desenvolvimento de soluções mais personalizadas.

Para alcançar estes objectivos, é fundamental que o Ministério e as instituições de ensino superior trabalhem em estreita colaboração. Assim, pretendemos realizar, ainda no primeiro semestre deste ano académico, uma série de acções conjuntas, com o objectivo de analisar os resultados

da avaliação, ajustar os procedimentos e capacitar os envolvidos.

Caros Gestores e Promotores das Instituições de Ensino Superior

Excelências

Conforme referido anteriormente, a longo prazo, os benefícios da avaliação externa são incomensuráveis.

Quando bem estruturada e implementada, a avaliação externa pode ser um poderoso catalisador para a melhoria contínua do ensino, da investigação científica e da extensão nas nossas instituições de ensino superior. Ao analisar os processos, os resultados e os impactos da acção educativa da instituição, ela oferece um diagnóstico preciso da situação e aponta os caminhos para a superação das fraquezas.

São vários os mecanismos pelos quais a avaliação externa impulsiona a melhoria nas instituições de ensino superior. Passo a citar apenas alguns:

Identificação de lacunas e oportunidades: Ao comparar os resultados da instituição com padrões de referência, a avaliação externa permite identificar as áreas que precisam de maior atenção e as oportunidades para aprimoramento.

Fomento da actualização constante: A necessidade de se submeter à avaliação externa estimula as instituições a manterem os seus programas e currículos actualizados, alinhados com as demandas do mercado de trabalho e as avanços do conhecimento.

Melhoria da qualidade dos processos: A avaliação externa incentiva a revisão e o aprimoramento dos processos pedagógicos, desde o planeamento das aulas até a avaliação dos estudantes.

Promoção da inovação: Ao identificar as boas práticas, a avaliação externa pode estimular a disseminação de novas ideias e metodologias, promovendo a cultura da inovação nas instituições.

Fortalecimento da autonomia institucional: Ao fornecer dados e informações relevantes, a avaliação externa permite que as instituições tomem decisões mais estratégicas e autônomas sobre os seus processos de ensino e aprendizagem.

Incentivo à autoavaliação: Ao promover a cultura da autoavaliação, as instituições se tornam mais proactivas na identificação de problemas e na busca por soluções.

Excelências, Senhores e Senhoras

A avaliação externa é um processo que não está dissociado das demais políticas governamentais. Pelo contrário, ela articula-se com estas políticas, contribuindo para um objectivo maior que é **a formação de profissionais qualificados e competentes, capazes de assegurar o desenvolvimento de Angola.**

IV. Investimentos do Governo e Políticas Públicas voltadas ao ensino superior

Excelências, senhoras e senhores

Em termos de políticas públicas voltadas ao ensino superior, o Executivo Angolano, sob liderança do Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, tem demonstrado um compromisso firme com o desenvolvimento deste subsistema de ensino. As acções que têm sido desenvolvidas inserem-se no âmbito da implementação do Plano de Desenvolvimento Sectorial do Ministério de Ensino Superior, Ciência Tecnologia e Inovação, que decorre do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027).

Destacamos, em particular, a construção de infraestruturas que visam acomodar com dignidade as Instituições de

Ensino Superior em algumas Províncias, como é o caso da Universidade Lueji A'Nkonde que brevemente terá instalações condignas para as suas Unidades Orgânicas na cidade do Dundo, Província da Lunda Norte e na cidade de Saurimo, Província da Lunda Sul. O Parque de Ciência e Tecnologia de Luanda, O hospital Universitário da Universidade Agostinho Neto bem como a 3ª fase da Univerdiade do Namibe. Com objectivo de proporcionar melhores condições para as areas STEAM começaremos a construção a construção das novas infraestruturas para os Institutos Superiores Politécnicos do Bié, Moxico, Ndalatando, Ondjiva e Soyo. Entrarão igualmente em andamento as obras das infraestruturas das Universidades Kimpa Vita , Agostinho Neto, Campus Universitário da Universidade Katyavala bwuila, Universdidade José Eduardo dos Santos e Mandume Ya Ndemufayo.

Merece destaque igualmente o programa de bolsas de estudo quer internas quer externas.

Assim, no contexto da assistência social aos estudantes, o MESCTI continuará a destinar uma parte significativa do seu orçamento ao INAGBE para atender à alta demanda por bolsas de estudo internas, quer seja de graduação, quer sejam de pós-graduação, estas últimas destinadas ao

fortalecimento da formação diferenciada do corpo docente. Reconhecemos também a contribuição de outros actores na concessão de bolsas aos nossos estudantes, como o BCI e o Fundo de Garantia de Crédito e aproveitamos para convidar outras entidades a unirem-se aos programas de auxílio financeiro e apoio aos estudantes. Estamos convictos de que a educação deve ser um direito universal e não um privilégio restrito e continuaremos a trabalhar para tornar o ensino superior acessível a todos a nível nacional.

Reconhecendo o papel importante que o Docente desempenha no âmbito da formação, da investigação científica e da gestão das Instituições de Ensino Superior, vamos continuar a concretizar o plano de formação docente com a atribuição de 200 (duzentas) bolsas de estudo externas, de pós-graduação, a docentes das nossas Instituições de Ensino Superior, visando assegurar a elevação da qualificação académica ao nível de mestrado e doutoramento pois é importante melhorar o perfil do corpo docente para atingirmos, em 2027, a meta de 50% de docentes pós-graduados e, em especial, de 15% de doutores.

Aproveito para anunciar que, em Janeiro de 2025, será retomado o programa de envio de licenciados/mestres de alto desempenho e mérito académico para as melhores universidades do mundo, após ter sido suspenso por um ano por razões financeiras.

Excelências Minhas Senhoras e meus Senhores

Em termos de políticas públicas viradas ao Ensino Superior temos que dar o merecido destaque ao processo de financiamento à investigação científica por via de editais da FUNDECIT. Depois de terem sido publicados 2 editais, aos quais concorreram 199 projectos de investigação científica das diferentes Instituições de Ensino superior, foram aprovados 166 projectos cujos contratatos de financiamento já estão em fase de assinatura e tratamento a nível do Ministério das Finanças para o correspondente desembolso de verbas. O Executivo, por via do MESCTI e do MINFIN asseguram que o processo vai continuar e, a seu tempo, novos editais serão publicados pela FUNDECIT, pelo que apelamos aos investigadores a devida acutilância e participação nos concursos.

Para assegurar os processos de transferência de tecnologia e desenvolvimento da inovação, que pressupõe a vinculação da academia ao tecido empresarial, está em

construção o Parque de Ciência e Tecnologia de Luanda, cuja inauguração está prevista para o terceiro trimestre de 2025 e será inscrita nas celebrações dos 50 anos da nossa independência, o que demonstra o compromisso inequívoco do Executivo liderado por Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço no desenvolvimento do Ensino Superior, da Ciência e da Tecnologia bem como no fomento à Inovação.

V. O Futuro do Ensino Superior em Angola:

Acções imediatas (este ano) e acções de médio (1 – 5 anos) e longo prazo (mais de 5 anos)

Para terminar esta intervenção, permitam-me partilhar com vossas Excelências alguns acções que pretendemos implementar de imediato, e cujos resultados deverão ser sentidos no curto prazo, isto é, este ano académico, outras que devem começar a ser delineadas e implementadas agora mas os seus resultados somente serão perceptíveis dentro de alguns anos.

Começo com a questão da **harmonização curricular e a criação de novos cursos**.

O processo de harmonização curricular em curso, tem agora o suporte financeiro do Banco Mundial, no âmbito do

Programa TEST. Desta forma, os constrangimentos vividos e que têm relação directa com esta dimensão serão minimizados, de tal sorte que o engajamento de docentes nacionais, apoiados por especialistas externos, fica assegurado. Perspectiva-se, assim, que no final do presente ano académico, tenhamos a maior parte dos cursos harmonizados ao abrigo das Normas Curriculares Gerais.

Outro tema de grande relevância é a criação de novos cursos. Reconhecemos a importância da diversificação da oferta formativa para ampliar o acesso ao ensino superior e atender às demandas do mercado de trabalho. Diante da demora na análise dos processos de criação de novos cursos, o MESCTI se compromete a agilizar significativamente a tramitação desses processos, com o objectivo de reduzir significativamente os prazos actuais.

Para garantir que os novos cursos estejam alinhados às necessidades do país, incentivamos as Instituições de Ensino Superior a priorizarem áreas estratégicas como Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). Essas áreas são fundamentais para o desenvolvimento do nosso país e para a inserção dos nossos jovens no mercado de trabalho global e prometemos priorizar o tratamento dos processos de criação destes cursos.

Contamos com a colaboração de todas as IES para que, em conjunto, possamos construir uma oferta formativa mais diversificada e de qualidade, capaz de atender às demandas da sociedade e impulsionar o desenvolvimento do nosso país."

No âmbito da internacionalização do ensino superior, almejamos implementar acções concretas como a promoção de parcerias com instituições estrangeiras e a oferta de programas de intercâmbio. Tratam-se de acções de crucial importância para a elevação contínua da qualidade das IES, que é uma condição essencial para a sua projecção nos rankings nacionais e internacionais. Neste âmbito, o MESCTI assinou um acordo de parceria com a Times Higher Education (THE) para que esta instituição possa apoiar as nossas IES na melhoria da sua proficiência na recolha, registo e interpretação de dados, na identificação dos pontos fortes e fracos nesta matéria, de forma que as IES sejam capazes de fornecer dados da implementação da política nacional para o sucesso das classificações. Fruto dessa parceria, pudemos anunciar a recente inclusão de duas IES no ranking mundial da África Subsaariana, nomeadamente a Universidade Rainha NJinga a MBande e a Universidade Katyavala Bwila.

Para além da garantia da qualidade do ensino superior, no âmbito das acções inscritas no Programa 14 do Plano de Desenvolvimento Nacional, designado “Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica”, o MESCTI tem de continuar a colocar ênfase na concretização de outras medidas integrantes deste programa, nomeadamente:

- O aumento e diversificação da oferta formativa – trata-se de assegurar a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação para adequar essa oferta às necessidades do desenvolvimento socioeconómico e tecnológico, tomando em consideração as prioridades definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento do Capital Humano 2023-2037. Com o objetivo de alcançar a meta de 40% dos professores do ensino superior com doutoramento até 2050, o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) priorizará a criação de programas de doutoramento em consórcio. Essa modalidade, que envolve a parceria entre instituições nacionais e estrangeiras, permitirá que os docentes se qualifiquem no país e fortaleça as instituições de ensino superior angolanas.

O ensino superior tem de se alinhar cada vez mais com as necessidades do desenvolvimento da economia, da

tecnologia e da inovação para que o país possa garantir uma vida condigna a todos os cidadãos. Vale a pena referir que é necessário aproveitar o financiamento da União Europeia de que o MESCTI é beneficiário por via do Programa UNI.AO, cuja gestão está a cargo da Expertise France. Na sequência disto, é preciso continuar a envidar esforços para a implementação do ensino a distância e/ou semi-presencial mediante a criação de cursos superiores nestas modalidades, para estender o ensino superior a públicos mais diversificados e com maior dificuldade de acesso aos cursos no regime presencial.

- **Acesso e Inclusão:** Embora o número de matrículas no ensino superior tenha vindo a aumentar, persistem disparidades no acesso, especialmente para estudantes de regiões mais remotas e de grupos socioeconómicos desfavorecidos. A subida do valor das propinas nas instituições privadas de ensino superior tem dificultado o acesso de muitos jovens, uma vez que a oferta formativa das instituições públicas de ensino superior apenas contempla cerca de 40% das vagas existentes. Por isso, a admissão de estudantes mais desfavorecidos e de mulheres no ensino superior deve ser um dos pilares da nossa estratégia de expansão, fundada nos princípios da equidade e da inclusão, assegurando que todos os

angolanos, independentemente da sua condição, tenham as mesmas oportunidades de acesso à educação superior.

A extensão universitária é fundamental para que as nossas instituições de ensino superior se conectem com a sociedade e contribuam para o desenvolvimento do país.

Ao oferecer serviços à comunidade, os nossos estudantes e professores têm a oportunidade de aplicar os seus conhecimentos na prática, gerando soluções inovadoras para os desafios que enfrentamos.

Queridos estudantes, vocês são a força motriz dessa transformação. Sejam protagonistas da mudança que desejamos ver no nosso país. Dediquem-se aos estudos, participem de projectos de extensão e desenvolvam as vossas habilidades para construir um futuro melhor para todos nós. Aos professores e investigadores, agradeço por inspirar e guiar os nossos jovens talentos.

Aos promotores de instituições privadas de ensino superior, expressamos a nossa mais profunda gratidão pela parceria e pelo trabalho conjunto na formação de jovens talentos. A vossa contribuição para o desenvolvimento do nosso país é inegável. Aos senhores, direccionamos um apelo para que, em conjunto, elevemos ainda mais a qualidade do ensino

superior em nosso país. A educação é um investimento de longo prazo e, como parceiros nesse processo, temos a responsabilidade de oferecer aos nossos estudantes as melhores condições de aprendizagem. Convido a todos a se comprometerem com a excelência, investindo em um corpo docente altamente qualificado, em infraestruturas modernas e em metodologias inovadoras. Valorizar o corpo docente implica proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional e progressão na carreira. Ao fazermos isso, estaremos a formar cidadãos mais críticos, criativos e preparados para os desafios do futuro.

Para terminar gostaria de falar de Cabinda. Muito obrigado pela hospitalidade.

Cabinda, terra de rica história e cultura, que hoje nos recebe de braços abertos, é um exemplo de resiliência e desenvolvimento. Esta província, com seu enorme potencial e beleza natural, é um dos pilares do nosso projeto de desenvolvimento nacional.

Reconhecemos a importância de investir no ensino superior em Cabinda. O Governo está comprometido em transformar esta província num polo de conhecimento, não apenas para a região, mas para todo o país. Investir no ensino superior em Cabinda é investir no futuro das nossas

comunidades, promovendo a inclusão social e a mobilidade ascendente.

Mobilizaremos recursos para concluir a construção do Campus Universitário e o equiparemos com laboratórios de ponta, oferecendo cursos de excelência nas áreas mais promissoras. Contaremos com a colaboração de instituições nacionais e internacionais para que este sonho se torne realidade.

A sinergia entre o ensino superior e a indústria petrolífera é fundamental para o desenvolvimento sustentável de Cabinda. Vamos trabalhar em conjunto para formar profissionais altamente qualificados que respondam às necessidades do mercado e impulsionem a inovação.

Este é um esforço que valerá a pena, porquanto o censo de 2014 revelou, que depois de Luanda, Cabinda é uma das províncias que mais técnicos superiores lança para o mercado de trabalho, desde 2009. A presença da indústria petrolífera tem servido de alavanca para a elevação do nível académico das pessoas devido à demanda por mão de obra altamente qualificada que a indústria petrolífera requer.

Mas Cabinda não é só petróleo. Vamos olhar para a floresta do Maiombe e seu enorme potencial. Mas vamos olhar

fundamentalmente para o seu papel na conservação da vida, no contexto das alterações climáticas. Neste âmbito, quero falar sobre o projecto **AmazonFACE**. O AmazonFACE é um projeto de investigação científica de grande escala que busca entender como a Floresta Amazônica irá reagir às mudanças climáticas. Através de um experimento inovador, os cientistas estão a simular um aumento na concentração de dióxido de carbono na atmosfera para observar os impactos directos na floresta, como o crescimento das árvores, a biodiversidade e os ciclos de carbono. Na prática, trata-se de um teste para ver como a maior floresta tropical do mundo se comporta em um futuro mais quente e com mais Dióxido de Carbono. Os resultados desse estudo são cruciais para prever o futuro da Amazônia e tomar decisões mais informadas sobre a conservação e o uso sustentável desse ecossistema tão importante para o planeta.

A Floresta do Maiombe, aqui em Cabinda, possui um grande potencial para se integrar ao projeto AmazonFACE, e essa integração traria inúmeros benefícios para a investigação científica e a conservação ambiental.

Ao incluir a Floresta do Maiombe, o AmazonFACE ampliaria a sua abrangência geográfica, permitindo comparar as

respostas de diferentes ecossistemas florestais tropicais às mudanças climáticas. Essa comparação seria fundamental para entender a variabilidade na resposta das florestas e desenvolver modelos climáticos mais precisos. A integração da Floresta do Maiombe ao projeto AmazonFACE representa uma oportunidade única para avançar no conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas nas florestas tropicais e contribuir para a conservação da biodiversidade global. Lanço por isso o repto para que trabalhem na concretização desta ideia. Vamos mobilizar as instituições, os parceiros nacionais e internacionais para superar os desafios e investir em infraestrutura, recursos financeiros e capacitação para tornar essa iniciativa uma realidade.

Excelências, Senhoras e Senhores

Imaginemos Angola, um país onde a inovação e o empreendedorismo floresçam, impulsionados por universidades de excelência. Este é o futuro que queremos construir juntos.

Juntos, podemos, de facto, construir um ensino superior de excelência, que seja um orgulho para todos os angolanos e vós sois os pilares desse processo.

Que este ano académico seja marcado pela colaboração, pela inovação e pela busca incessante por conhecimento. Que possamos formar profissionais éticos, criativos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável de Angola.

Termino o discurso citando o nosso Presidente da República, quando defendeu que um ensino de qualidade depende do nível de preparação dos professores e das competências académicas, técnico-profissionais e culturais à altura das necessidades do desenvolvimento que se pretende e não apenas da existência de salas de aulas climatizadas e com boas carteiras. Tendo dito **“Teremos bons alunos não tanto em função das comodidades da sala de aulas onde estudam, mas sobretudo da qualidade dos docentes e da sua capacidade de transmitir os conhecimentos, do empenho e entrega à causa de formar com qualidade os quadros do amanhã”**

Muito obrigado